



58.ª	38.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
-------------	---

CONVOCATÓRIA

Nos termos do disposto no artigo 28.º, n.º 1, do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado em anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual, e dos artigos 37.º, 42.º e 49.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, convoco uma Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Lisboa para o dia **12 de março de 2019 (3ª feira)**, às **15:00h**, com realização no Fórum Lisboa, sito na Av.ª de Roma n.º 14 L, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Período da Ordem do Dia (POD)

15:00 - Período de intervenção aberto ao público – 35 minutos (*7 inscrições*);

1. Aprovação da **ata nº 42** de 13.11.2018;

2. **Debate de atualidade sobre o “O Futuro do Campo Pequeno” (PAN)**, ao abrigo do disposto no artigo 49.º do Regimento, *de acordo com o formato no Anexo I; grelha K: limite máximo 60 minutos*;

3. **Perguntas à Câmara**, de acordo com os temas e formato incluídos no Anexo II à presente convocatória, *e ao abrigo do artigo 42.º do Regimento; grelha I, limite máximo 4 horas*;

4. Apreciação da **Proposta 87/CM/2019 - Celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação e de Partilha de Competências com a Área Metropolitana de Lisboa** e a aprovação da respetiva minuta, nos termos da proposta *e ao abrigo do disposto das disposições conjugadas nos artigos 23.º, n.º 2, alínea c), e 25.º, n.º 1, alínea k) e 33.º, n.º 1, alínea ccc), 116.º a 123.º e 128.º a 130.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na versão atual, nos artigos 6.º, n.º 2, e 10.º do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, aprovado pela Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, e nos artigos 5.º, n.º 2, 278.º, 279.º e 338.º, todos do Código dos Contratos Públicos; grelha base: 34 minutos*;

5. Apreciação da **Proposta 107/CM/2019 - Minutas das adendas aos Contratos de Mandato celebrados com a Lisboa Ocidental, SRU**, nos termos da proposta *e ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 2 do artigo 36.º e da alínea b), do n.º 1, do artigo 48.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e do n.º 1 do artigo 5.º-A do Código dos Contratos Públicos, sob condição de aprovação pela Câmara Municipal; grelha base: 34 minutos*;

6. Apreciação da **Proposta de deliberação 005/PCP/2019** referente à **realização de obras em Estações do Metropolitano de Lisboa**, *ao abrigo do disposto na alínea c) do art.º 15º do Regimento; grelha base: 34 minutos*;



7. Apreciação da **Recomendação 058/01** resultante do Relatório da 7ª e da 8ª Comissões Permanentes sobre a **“Visita ao espólio do Regimento de Sapadores Bombeiros”**, ao abrigo do disposto na alínea c) do art.º 15º do Regimento; *grelha base: 34 minutos;*

8. Apreciação conjunta das seguintes propostas de repartição de encargos; *grelha base: 34 minutos:*

8.1. Apreciação do Ponto 7 da Proposta 62/CM/2019 - Autorização para a **repartição de encargos e assunção dos compromissos plurianuais para “Aquisição de serviços de telecomunicações para o Município de Lisboa” para os anos económicos de 2019, 2020, 2021 e 2022**, bem como **autorização para** que, sem ultrapassar o montante global indicado nem o ano do termo do contrato, se possam **fazer ajustamentos aos valores anuais previstos em função dos consumos ocorridos ou dos serviços efetivamente prestados**, e ainda **autorização prévia para consequentes e futuras assunções de compromissos plurianuais**, em relação aos mesmos anos económicos, *nos termos do disposto no n.º 1 e 6 do artigo 22º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho, e na alínea c) do nº 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;*

8.2. Apreciação do Ponto 5 da Proposta 97/CM/2019 - **Assunção do compromisso plurianual da aquisição de serviços para “Fornecimento de energia elétrica em baixa tensão para dispositivos de iluminação pública, tráfego e publicidade do Município de Lisboa”, com repartição de encargos para os anos de 2019 e 2020**, nos termos da proposta e *em cumprimento do disposto na alínea c) do nº 1 do com o artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.*

Lisboa, 6 de março de 2019

O Presidente em exercício

Rui Paulo Figueiredo



ANEXO I

Formato do Debate de Atualidade

O debate é aberto por quem fixou o respetivo tema, seguindo-se um período de pedidos de esclarecimentos e debate, onde pode intervir qualquer Deputado e a Câmara Municipal.

Limite máximo de 60 minutos, assim distribuídos:

- **5 minutos** para abertura do debate pelo proponente (Grupo Municipal ou os Deputados Municipais que exercem o seu mandato como Independentes);
- Para o debate e pedidos de esclarecimento, cada Grupo Municipal ou os Deputados Municipais que exercem o seu mandato como Independentes, incluindo quem abriu o debate, dispõe de **5 minutos** e a Câmara Municipal de **5 minutos**.

ANEXO II

Temas das perguntas à Câmara para a sessão de 12.03.2019

PS - Partido Socialista

Freguesia de S. Domingos de Benfica

1 – Requalificação da Estrada da Luz – Para quando está previsto o seu início? – **Vereador Manuel Salgado**

2 – Unidade de Execução das Furnas – Em que ponto se encontra e para quando está previsto o seu início? – **Vereador Manuel Salgado**

3 – Praça Marechal Humberto Delgado – Praça de Sete Rios – Para quando o arranque da 2ª fase da obra? – **Vereador Manuel Salgado**

4 – Tem a CML conhecimento do cronograma das obras de reabilitação da Escola Delfim Santos, nomeadamente quanto à substituição das coberturas de amianto existentes? - **Vereador Manuel Grilo**

5 – Esquadra da PSP em São Domingos de Benfica – Em que estado se encontra este assunto? – **Vereador Miguel Gaspar**

6 – GIRAS – Para quando a instalação das docas e a chegada das bicicletas partilhadas a São Domingos de Benfica, não obstante já existir apenas uma estação na fronteira com a Freguesia de Alvalade? – **Vereador Miguel Gaspar**

7 – Para quando a abertura ao público do parque de estacionamento em frente ao Estádio da Luz (Avenida Machado Santos) onde se encontram mais de 300 lugares de estacionamento fechados? – **Vereador Miguel Gaspar**

8 – Deslocalização do Museu da Música – A ministra da Cultura anunciou no dia 31 de janeiro, em Mafra, que o Museu Nacional da Música vai ser instalado por inteiro, no Palácio Nacional de Mafra. O Museu deixa assim a Freguesia de São Domingos de Benfica e a Cidade de Lisboa. Que esforços realizou e medidas tomou a CML junto da tutela para que o Museu pudesse manter-se na Cidade de Lisboa? – **Vereadora Catarina Vaz Pinto**

9 – Teatro Thalia – O acesso da Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica a este equipamento, para a realização de eventos de natureza institucional ou até para visitas por parte da sua população, tem

sido nulo não obstante a nossa insistência para que tal se verifique. Terá a CML a disponibilidade para, em conjunto com a Autarquia de São Domingos de Benfica, poder celebrar um protocolo conjunto de acesso e utilização das instalações do Teatro Thalia por parte dos Fregueses de São Domingos e da Cidade de Lisboa? – **Vereadora Catarina Vaz Pinto**

10 – Pavilhão Gimnodesportivo – São Domingos de Benfica tem uma população residente de aproximadamente 35.000 pessoas. A inexistência de uma Pavilhão Gimnodesportivo/Polidesportivo numa Freguesia com a dimensão da nossa, com a população residente e com aquela que aqui estuda, coloca grandes constrangimentos à prática da atividade física e desportiva. Está a CML a pensar construir durante este mandato o referido Pavilhão na nossa Freguesia? – **Vereador Carlos Manuel Castro**

Freguesia de Benfica

11 - A Escola Jorge Barradas, encontra-se em revisão de projeto, que prevê a reabilitação total do edifício. Atendendo à morosidade deste processo, qual a estratégia da Câmara para minorar os graves problemas de saneamento, assim como a dimensão dos espaços utilizados para as refeições que continuam a obrigar as crianças a terem 3 turnos para almoçar?

A Escola Ribeiro Teles, na Boavista está em fase de revisão de projecto, existindo um projecto inteiramente novo para aquela escola, prevendo-se a saída dos alunos para a realização da obra. Para quando está prevista, sendo que até lá continua a chover dentro da escola, em virtude da degradação das caleiras.

Apesar da Junta estar a fazer reparações pontuais nas escolas, mostra-se necessário em ambas uma intervenção mais eficiente para minorar os problemas atrás citados enquanto se aguarda o início do processo das tão almejadas e incontornáveis obras.

Tenciona a Câmara realizar algumas reparações que possam minorar estas deficiências até à realização das obras integrais? - **Vereadores Manuel Grilo e Manuel Salgado**

Freguesia de Alvalade

12 - Escola Básica Teixeira de Pascoais - Os alunos da instrução primária da Escola Teixeira de Pascoais frequentam a escolaridade em contentores implantados no recreio da Escola em virtude de as obras de recuperação do espaço escolar terem parado há anos devido a falência do Empreiteiro e a um subsequente concurso ter ficado deserto. Tal facto prejudica gravemente todos os Alunos desta Escola Básica, não só os que estão privados de verdadeiras salas de aula, mas também toda a Comunidade escolar que vê o espaço do seu recreio reduzido a uma dimensão insuficiente para o número de crianças que frequentam o estabelecimento.

Para quando prevê a Câmara reiniciar as obras necessárias, retirar os contentores, e devolver o espaço de recreio às crianças? - **Vereadores Manuel Grilo e Manuel Salgado**

Freguesia do Areeiro

13 - Agrupamento de Escolas Filipa de Lencastre - Em virtude das más condições e da desadequação do edifício da Av Antonio José de Almeida o Jardim de Infância deste agrupamento ali instalado foi encerrado.

Prevê-se a sua transferência para o edifício do Arquivo Municipal também no Arco do Cego. Dado que o referido edifício ainda alberga o Arquivo, para quando a realização do projeto e lançamento do concurso e a transferência do Arquivo? Qual o prazo previsto para a reabertura do Jardim de Infância? A Câmara mantém a intenção de criar um Infantário? Onde? **Vereadores Manuel Grilo e Manuel Salgado**



Freguesia de Alcântara

14 - Obras de requalificação da escola EB1/JI de Santo Amaro em Alcântara. - Qual o ponto de situação referente a esta questão – **Vereadores Manuel Grilo e Manuel Salgado**

15 - Criação do novo Centro de Saúde em Alcântara. - Em que ponto está esta intervenção, se já existe alguma data prevista para início das obras e se já estão definidas quais as valências disponibilizadas por este novo equipamento. – **Vereador Manuel Grilo**

16 - Empreitada de regularização das situações relativas à intervenção no Largo do Calvário aquando da sua reabilitação – Qual o ponto de situação? – **Vereador Manuel Salgado**

PSD - Partido Social - Democrata

1. Habitação;
2. Urbanismo;
3. Ambiente;
4. Educação;
5. Carris;
6. EMEL;
7. Proteção Civil;
8. Ação Social;
9. Cultura;
10. Património.

PCP - Partido Comunista Português

Recursos Humanos da Câmara Municipal de Lisboa:

1. Transferência de trabalhadores da higiene urbana para o novo Centro Operacional de Remoção (COR/Olivais);
2. Alteração na orgânica da CML/DMHU;
3. Serviços Municipalizados de Lisboa (SML);
4. Abertura de concursos de admissão de pessoal;
5. Sobre a mudança de instalações ou obras em curso.

CDS-PP - Centro Democrático e Social – Partido Popular

- Ponto de situação sobre regulamento municipal de veículos de animação turística - **Mobilidade**
- Ponto de situação sobre implementação e fiscalização das ZER - Zonas de Missões Reduzidas - **Ambiente e Mobilidade**
- Esclarecimentos sobre a implementação da zona de residentes na Av. Sidónio Pais, no âmbito da recomendação 021/14 - **Mobilidade**

- Identificação de veículos de modos suaves de transporte (bicicletas e trotinetas, entre outros) e ponto de situação sobre novos players - **Mobilidade**
- Enquadramento da atividade e representação da Provedora dos Animais - **Casa dos Animais**
- Uso de desfibrilhadores em espaço público - **Direitos Sociais**
- Esclarecimentos sobre construção de edifício do Banco de Portugal junto ao Parque Bensaúde - **Urbanismo**
- Esclarecimentos sobre regularização urbanística da Rua das Mimosas e Bairro São João de Brito - **Urbanismo**
- Dados sobre licenciamento urbanístico referentes a 2017 e 2018, designadamente (questões colocadas anteriormente em sessão idêntica e requerimento mas sem resposta concreta): - **Urbanismo**
 1. Quantas Comunicações Prévias deram entrada na CML?
 - 1.1. – Destas, quantas foram recusadas e porquê?
 - 1.2. – Qual o tempo médio de resposta?
 2. Quantos pedidos de Licenciamento para Ocupação da Via Pública associados a Comunicações Prévias deram entrada na CML?
 - 2.1. – Quantos foram aprovados?
 - 2.2. – Qual o tempo médio de aprovação?
 3. Quantos pedidos de Licenciamento para obras de Reabilitação, Manutenção, Alteração e/ou Ampliação deram entrada?
 - 3.1. – Quantos foram recusados? Qual foi o motivo e quem recusou (CML? Entidades externas, como a DGPC, EPAL, EDP, etc.)?
 - 3.2. – Qual o tempo médio de indeferimento?
 - 3.3. – Quantos foram aprovados?
 - 3.4. – Qual o tempo médio de aprovação?
 4. Em média, quanto tempo decorre desde que um projecto dá entrada na CML para pedido de Licenciamento de Obras até à emissão, pela CML, da respectiva Licença de Utilização?
 5. Ao todo, quantos fogos para habitação estão neste momento em apreciação na CML?
 - 5.1. – Destes, quantos entraram em 2018?

BE - Bloco de Esquerda

Urbanismo, Reabilitação Urbana e Obras Municipais (Urbanismo, Reabilitação Urbana, Espaço Público, Planeamento Estratégico, Acompanhamento do Plano Director Municipal, Unidades de Intervenção Territorial e Obras Municipais);;

1. Futuro dos terrenos do Estabelecimento Prisional de Lisboa;
2. Intervenções no Miradouro de Santa Catarina e na Praça do Martim Moniz;
3. Projeto Terraços do Monte na Rua Damasceno Monteiro;

Habitação, Bairros Municipais e Desenvolvimento Local (Habitação, Desenvolvimento Local, Programa de Renda Acessível, Bairros BIP-ZIP e Bairros Municipais):

1. Despejos em habitações municipais sem apoio social
2. Programa Renda Acessível



Direitos Sociais e Cidadania (Intervenção Social, Saúde, Plano de Desenvolvimento Social, Promoção da Igualdade de Direitos e Oportunidades, Combate à Pobreza, Migrações e Orçamento Participativo);

1. Casa da Diversidade

Cultura, Educação, Juventude e Desporto (Cultura, Interculturalidade, Educação, Juventude e Desporto):

1. Biblioteca de Benfica

Transportes, Mobilidade e Segurança (Transportes, Mobilidade, Acessibilidade Pedonal, Segurança e Protecção Civil):

1. Implementação de medidas dissuasoras de velocidade na Av. Mouzinho de Albuquerque

PAN – Pessoas – Animais – Natureza

1. Espaço Drop In da CRESCER;
2. Abertura de salas de consumo assistido;
3. Programa de Renda Acessível, na Rua de São Lázaro, Martim Moniz - ponto da situação;
4. Regulamento Habitação – ponto de situação;
5. Propriedades do Estado em Monsanto – Reversão para propriedade da CML;
6. Casas de função em Monsanto;
7. Pombal contraceptivo – recursos atribuídos mensalmente;
Regulamento Municipal dos Animais de Lisboa - ponto de situação;
8. Casa dos Animais de Lisboa.

PPM – Partido Popular Monárquico

1. Museu dos Descobrimentos;
2. Realojamento das 50 famílias no Bairro Padre Cruz;
3. Obras no palácio de Santa Helena - estado da questão;
4. Existência de algum contacto entre a CML e a Administração do Porto de Lisboa para a instalação de câmaras de videovigilância na zona ribeirinha de Lisboa;
5. Onde está o espólio artístico do Mestre Lagoa Henriques?;
6. Onde está a fachada neogótica que se encontrava na Avenida 24 de Julho?.

PEV – Partido Ecologista “Os Verdes”

1. Criação da área protegida de Monsanto – Ponto de situação;
2. Implementação do projecto Pegada Ecológica – Ponto de situação;
3. Qualidade do ar interior nas escolas;
4. Candidaturas a habitação municipal;
 - a) Actualmente, de quantos fogos dispõe o Município para uso como habitação própria;

- b) Do universo da habitação municipal, quantos fogos se encontram devolutos?
 - c) Quantos foram recuperados ao longo do ano de 2018?
 - d) Quantas famílias ou agregados familiares se encontram inscritos e em lista de espera, como candidatos a habitação municipal?
 - e) Porque permanecem encerradas, e sem serem atribuídas por tempo prolongado, casas e lojas de bairros municipais?
5. Contrato de urbanização e legalização para as AUGI da Alta de Lisboa;
 6. Volume processual e desdobramento das CPCJ em Lisboa;
 7. Manutenção e reforço de bebedouros na cidade, adaptados a pessoas e animais;
 8. Planeamento e localização para a instalação de novos ecopontos com contentores subterrâneos.

MPT – Partido da Terra

1. Praça Martim Moniz;
2. Tags;
3. Consultas de Homeopatia e Medicina Chinesa nas Instalações das Juntas de Freguesia;
4. Parque Florestal de Monsanto;
5. Programa “Patrulha Gato”
6. Pombos;
7. Escola Básica e JI de Santo Condestável;
8. Dístico da EMEL nos bairros históricos.

Deputados Municipais Independentes

Direitos Sociais

1. Relembrando a Recomendação 043/04 (IND) – "Pelo reforço do acompanhamento das Pessoas em situação de Sem Abrigo", aprovada por unanimidade no dia 20 de Novembro de 2018, que recomendou à Câmara Municipal:
 - a) Que efectue e forneça à Assembleia Municipal de Lisboa um relatório de monitorização da implementação do Programa Municipal para as Pessoas em Situação de Sem Abrigo 2016-2018;
 - b) Que através do NPISA (Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo) e dos seus parceiros, efectue uma nova contagem do número de Pessoas Sem Abrigo na cidade de Lisboa, com vista a apurar o número de pessoas em rua e em alojamento.Pergunta-se quando será enviada à AML a avaliação do Programa Municipal para as Pessoas em Situação de Sem Abrigo 2016-2018, assim como qual a previsão da elaboração de novo programa municipal que se pretende que venha a substituí-lo?
2. Para quando a abertura das duas salas de consumo assistido fixas e uma móvel, agendadas inicialmente para o o final de 2018, matéria aliás sobre a qual a Assembleia Municipal já aprovou, por maioria em 2016, uma recomendação (03/095) a pedir a abertura deste tipo de programas de consumo vigiado, no âmbito das respostas integradas em Lisboa, no mais curto espaço de tempo possível?



3. Relembrando a Recomendação 008/11 (IND) - "Pela Atualização das Cartas de Equipamentos da Cidade de Lisboa", aprovada por unanimidade no dia 16 de Janeiro de 2018, pergunta-se quando estará prevista a revisão da Carta Educativa, da Carta dos Equipamentos de Saúde, da Carta do Desporto, das Orientações Estratégicas dos Equipamentos Sociais das Crianças e das Bibliotecas XXI?
4. Pergunta-se quando voltará à apreciação da AML a Proposta 581/CM/2017 - "Plano de Desenvolvimento de Saúde, Qualidade de Vida e Bem-estar da Cidade de Lisboa", aprovada em CML em 27 de julho de 2017, e que dada a sua relevância e extensão, foi devolvida à CML em 12 de setembro de 2017, por não ser possível debatê-la adequadamente na Assembleia Municipal no calendário disponível até ao final do mandato 2013/2017, e que aguarda o envio a esta Assembleia?

Desporto

5. Tendo tido conhecimento que em algumas piscinas municipais, nomeadamente no Complexo Desportivo Municipal Supera Areeiro, não está a ser respeitado o previsto nos seus nº 1.2 e 1.3 do regulamento interno que prevê a sua utilização por "utentes ocasionais" dentro do "horário e calendário afixados diversos acessos e e no folheto de serviços disponível na recepção", que refere que a entrada pode ser feita tanto antes como depois das 17h, ainda que com preços diferenciados, e aos fins-de-semana, a qualquer hora; e sendo que a entidade privada gestora da piscina, "Supera", transmite aos "utentes ocasionais" que estes apenas podem usar a piscina entre as 7h e 9h, entre as 14h e 16h e após as 20h30 aos dias de semana, e no sábado entre as 13h e as 22h, e não permitindo o acesso ao domingo, o que claramente viola o regulamento em vigor. Pergunta-se se a CML tem conhecimento desta política de tentativa de afastamento dos "utentes ocasionais", geralmente residentes nas imediações e que têm direito a utilizar este equipamento municipal, por parte da entidade privada gestora da piscina, assim como se costuma efectuar alguma fiscalização preventiva relativamente a estas situações?

Formato do Debate para perguntas à Câmara:

O formato do debate para perguntas à Câmara Municipal será através de um único período para cada Grupo Municipal ou para os Deputados Municipais que exercem o seu mandato como Independentes seguindo o modelo pergunta com resposta imediata, sem prejuízo de poder ser feita mais de uma pergunta.